

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: 10 Liberal

Class.: 53

Data: 12/09/90

Pg.: _____

Funai interdita 1.990.560 ha da área dos índios Munduruku

O presidente da Fundação Nacional do Índio (Funai), Cantídio Guerreiro Guimarães, assinou no último sábado portaria interditando 1.990.560 hectares da Área Munduruku, atendendo às reivindicações da comunidade indígena, que nunca se conformou com o fato de a demarcação de seu território ter excluído faixas de terras consideradas pelos índios como parte integrante da área que imemorialmente ocupam. Cantídio Guimarães assinou a portaria na própria Área Munduruku, localizada na região do Alto Tapajós.

"É mais do que justa a pretensão dos Munduruku, de terem reanalisado o processo demarcatório de suas terras. Ao interditar a reserva nos limites reclamados pela comunidade, a Funai nada mais fez do que se mostrar sensível a uma comunidade indígena que, como todas as demais do país, precisa da terra para garantir os mínimos e mais legítimos direitos de sobrevivência", disse Cantídio Guimarães.

Acompanhado pelo superintendente regional da Funai, Dinarte Nobre de Madeiro, Cantídio Guimarães esteve na Área Munduruku na sexta-feira e no sábado passados. Ele visitou a Missão Cururu e o Posto Indígena Munduruku, sendo festivamente recebido por cerca de dois mil índios. "O contato dire-

to com a comunidade indígena é sempre enriquecedor. É aí que o presidente de um organismo como a Funai, que tem a seu cargo a assistência a dezenas de etnias completamente diferentes em tudo e por tudo, pode ter a exata dimensão dos problemas e ficar em melhores condições de resolvê-los", afirmou o paraense Cantídio Guimarães. Esta foi a sua segunda visita a uma reserva indígena no Estado depois de empossado na presidência da Funai, no final de agosto último. Da primeira vez, ele esteve no sul do Pará, participando de uma reunião com lideranças da aldeia Kikretum, na Área Kayapó.

Corte de pessoal
Atingido, como todos os demais organismos da administração federal indireta, pelo corte de pessoal em decorrência da reforma administrativa promovida pelo governo Collor, a Funai se ressentiu de servidores em número suficiente para atuar junto às comunidades, sobretudo nos setores de educação e saúde. Essa, aliás, foi uma das mais insistentes reivindicações feitas a Cantídio Guimarães quando visitou a Área Munduruku. "Ficou evidente, mais uma vez, que a Funai não está e nunca esteve com excesso de pessoal", afirmou. Dinarte Nobre de Madeiro é titular de uma superintendência que tem sob jurisdição os Estados do Pará,

Maranhão e Amapá e onde foram colocados em disponibilidade 76 servidores, muitos em funções específicas nos campos de saúde e educação.

"O que sempre faltou foi uma melhor distribuição de pessoal. A concentração maior de funcionários sempre se registrou em Brasília. Disso o presidente Cantídio Guimarães já tem pleno conhecimento e também concorda integralmente com a avaliação de que um organismo como a Funai, que atua em regiões tão distintas como o sul do país e a Amazônia, por exemplo, só alcançará maior dinamismo e cumprirá melhor os seus objetivos quando der maior racionalidade na alocação dos seus servidores", acrescentou Dinarte Madeiro.

Vigilância

Garantir a integridade do território que habitam, evitando a invasão de garimpeiros e fazendeiros, é uma das maiores preocupações dos Munduruku. Na reunião com o presidente da Funai, os índios se mostraram decididos a exercer eles próprios a vigilância de seu território. Para isso, a Funai deverá oferecer os meios necessários para a construção de postos de vigilância — equipados inclusive com serviço de radiofonia —, que serão ocupados, cada um, por duas ou três famílias da própria comunidade.